

**HABEAS CORPUS Nº 493.462 - SP (2019/0042908-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : MAURO ATUI NETO**  
**ADVOGADO : MAURO ATUI NETO - SP266971**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIS FERNANDO DE OLIVEIRA MORAIS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 2230557-25.2018.8.26.0000).

Os autos dão conta de que, na data de 16/5/2018, o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, 34 e 35, todos da Lei n. 11.343/2006, pois, de acordo com a denúncia, ele e outros 2 (dois) comparsas "*tinham em depósito e guardavam, para fins de entrega a terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 14 tijolos e 24 porções individuais, totalizando o peso líquido de [aproximadamente 12,014kg – doze quilos e catorze gramas] de Tetrahydrocannabinol (Maconha)*" – e-STJ fl. 21.

Durante a realização da audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 51/55).

Inconformada, a defesa impetrou *writ* com pedido liminar na Corte estadual, alegando excesso de prazo na formação da culpa. A ordem foi, contudo, denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão a seguir ementado (e-STJ fl. 14):

Habeas corpus. Tráfico de drogas. Art. 33, *caput*; art. 34; e art. 35, todos da Lei n.º 11.343/06, todos na forma do art. 69, *caput*, do CP. Pedido de revogação da prisão preventiva. Alegação da caracterização do excesso de prazo. Impossibilidade. Não há como tarifar prazo certo e definido para formação da culpa, visto que cada caso deverá ser examinado em concreto, em função de suas peculiaridades, bem como a decisão que converter a prisão em flagrante em preventiva encontra-se com todos os elementos necessários para sua validade plena. Inviabilidade de aplicação das medidas

previstas no art. 319 do CPP. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Na presente impetração, a defesa reafirma a alegação originária, pleiteando o relaxamento da constrição provisória, ao argumento de que *"o paciente se encontra preso desde o dia 16 de maio de 2018 – ou seja, há 09 (nove) meses, sem a formação da sua culpa em definitivo, violando dessa forma o PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE previsto no artigo 5º, LXXVII da Constituição Federal"* (e-STJ fl. 5).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

De acordo com a orientação desta Corte Superior, os prazos processuais não são peremptórios. Da mesma sorte, o constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético. Há de ser realizada pelo julgador uma aferição do caso concreto, de acordo com as suas peculiaridades, em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator

